



JOURNAL ABDER - ABR/MAI 2005

Índice

[Rogério Tizzot fala sobre estadualização de rodovias no Fórum de Secretários de Transportes](#)

[Eleições na ABDER](#)

[X ENACOR já tem site na WEB](#)

[Primeiro projeto das PPPs será na área de transporte](#)

[Governo quer privatizar 3.059 rodovias](#)

[A questão da estadualização de rodovias](#)

[Rosemberg integra grupo de trabalho que vai definir efeitos jurídicos da MP que repassou rodovias federais aos estados](#)

[Reestruturação no órgão busca seu melhor funcionamento](#)

[Conservação rodoviária será debatida em outubro na santa e bela catarina](#)

[Inscrições e informações - X ENACOR](#)

[Grupo de multas debate renainf](#)

[Agência abre caminhos para o desenvolvimento de Goiás](#)

[Procuradores jurídicos reúnem-se na sede da ABDER](#)

[Estados poderão assumir manutenção de rodovias federais](#)

[Novo site do DEINFRA/SC disponibiliza informações on-line sobre as condições de trafegabilidade em Santa Catarina e auxilia os usuários na escolha do melhor caminho](#)

Rogério Tizzot fala sobre estadualização de rodovias no Fórum de Secretários de Transportes



O Presidente da ABDER, Rogério Wallbach Tizzot, fez explanação no dia 16 de março, durante reunião do Fórum dos Secretários de Estado de Transportes, em Brasília, acerca dos desdobramentos gerados pela Medida Provisória nº 82/2002, em que a União transfere parte da malha rodoviária federal para os Estados. A MP 82 teve sua vigência compreendida no período de sua publicação, 13 de dezembro de 2002 até 19 de maio de 2003, quando foi vetado integralmente o Projeto de Conversão 03/2003, pela Presidência da República.

Questões decorrentes do entendimento jurídico da MP 82 estão provocando impasse entre a União e Estados tendo em vista a contestação por parte dos Tribunais de Contas na aplicação de recursos nos trechos transferidos.

Ao todo foram transferidos 14.805,1 km de rodovias federais aos 15 estados, a saber: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Tocantins, sendo que só o estado de Minas Gerais recebeu 40,5% do total das rodovias federais com 6.000 km, seguido do Rio Grande do Sul com 1.987 km e Bahia com 1.411 km.

Para Rogério Tizzot o tema requer muita negociação com o Ministério dos Transportes e com o Governo Federal no sentido de que os estados não fiquem prejudicados. Ele lembrou que a ABDER, através do Grupo de Trabalho de Procuradores Jurídicos, em reunião realizada no dia 24 de fevereiro, fez um levantamento das medidas cabíveis e as implicações decorrentes da transferência de trechos de rodovias federais aos estados. Os integrantes do Grupo concluíram que a via judicial não é o melhor caminho para a solução das questões pendentes, com reais prejuízos para os usuários enquanto durar o litígio, pois tanto a União quanto os Estados não aplicam recursos nesses trechos e as rodovias se deterioram a cada dia.

Alguns estados, que assumiram trechos de rodovias federais, estavam contestando o valor de R\$ 130 mil por quilômetro repassados pela União, pelo fato do montante ser considerado insuficiente para deixar os trechos em condições normais de tráfego. Segundo o Coordenador Geral de Captação de Recursos do Ministério dos Transportes, José Newton Gama, que esteve presente ao Fórum dos Secretários, o valor repassado aos estados, foi resultado de um amplo levantamento técnico, e é, na verdade, uma média geral, levando-se em conta de que houve repasse de trechos de rodovias em bom estado de conservação e outros em estado precário.

Algumas questões ainda estão sem resposta tais como, quem arcará com o contencioso de desapropriação das terras quando da construção das rodovias, que geraram um passivo e em algum tempo terá que de ser quitado. Outra é que para a conclusão do processo de estadualização de rodovias federais existem várias pendências a serem resolvidas: a aceitação onerosa de bens imóveis, ou seja, para o repasse das rodovias federais aos estados, é necessária Autorização Legislativa das respectivas Assembléias Estaduais. Não se sabe como ficarão os contratos de exploração das faixas de domínio já firmados com o DNIT, que por sua vez, nem realizou o levantamento dos bens acessórios e benfeitorias, que compõem o patrimônio a ser transferido, bem como os projetos de construção das rodovias e das obras-de-arte-especiais.

A recomendação é que sejam exauridos todos os meios de negociação para que se chegue a um acordo.

[Voltar](#)

Eleições na ABDER

A ABDER realiza no dia 04 de maio Assembléia Geral Ordinária para escolher os seus novos dirigentes para o biênio 2005/2007. A diretoria têm mandato de dois anos e é composta pelo Presidente, que deve ser um dirigente máximo de órgão rodoviário estadual, e pelas Diretorias de Planejamento, Operações, Apoio e Programas Especiais, além da Secretária Geral, Superintendência Executiva e o Conselho Fiscal. A ABDER, atualmente, é presidida pelo Engº Rogério Walbach Tizzot, Diretor Geral do DER do Paraná.

[Voltar](#)

X ENACOR já tem site na WEB

Acesse o site www.enacor.com.br e obtenha todas as informações sobre o maior evento de conservação rodoviária que será realizado no período de 04 a 07 de outubro de 2005, em Joinville, Santa Catarina e faça a sua inscrição on line com descontos.

[Voltar](#)

Primeiro projeto das PPPs será na área de transporte

A Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão anunciou que o primeiro projeto das Parcerias Público-Privadas deve sair até o final de 2005 e será na área de transporte. A lei das Parcerias Público Privadas (PPPs), sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro do ano passado, fixa normas gerais para a participação conjunta do governo e de empresas privadas nos investimentos nas áreas de infra-estrutura (telecomunicações, transportes, energia etc).

[Voltar](#)

Governo quer privatizar 3.059 Km de rodovias

O governo federal está submetendo ao Conselho Nacional de Desestatização, o novo modelo de concessões das rodovias federais. O programa ainda depende do sinal verde do Tribunal de Contas da União, mas o ministério dos Transportes espera realizar até setembro deste ano os leilões para a transferência à iniciativa privada de oito trechos de rodovias, num total de 3.059 quilômetros.

[Voltar](#)

A QUESTÃO DA ESTADUALIZAÇÃO DE RODOVIAS



A ABDER vem despontando como um dos grandes articuladores das discussões que giram em torno das questões que envolvem o rodoviarismo nacional e para tanto tem participado dos principais eventos do setor. No dia 16 de março participamos do Fórum dos Secretários de Estado de Transportes, onde tivemos a oportunidade de expor a posição da entidade com relação aos efeitos jurídicos decorrentes da Medida Provisória nº 82/2002 que transferiu parte de rodovias federais para a administração dos Estados e que fora, posteriormente, vetada pelo Presidente Lula, através do Projeto de Lei de Conversão nº 03/2003. Também tivemos a oportunidade de falar sobre o Programa de Estadualização das Rodovias Federais com repasse de todos os recursos provenientes da CIDE e integrar o Grupo de Trabalho, criado na ocasião, que irá conduzir os entendimentos com o Ministério dos Transportes para equacionar os problemas e conflitos decorrentes da MP 82, com a representação do Diretor de Planejamento da ABDER e Presidente da AGETOP, Engº Carlos Rosemberg.

Avaliamos que os debates realizados no Fórum dos Secretários de Estado de Transportes é de que há um consenso em alertar o Governo Federal de que é preciso tomar as medidas necessárias e urgentes para reverter o atual quadro em que se encontram as rodovias federais do País, que por sua vez, traz consigo reflexos diretos na malha rodoviária estadual em decorrência do desvio de tráfego. Mostramos ao Governo Federal o problema na sua real dimensão e que a ABDER se propõe a participar, efetivamente, da busca de soluções plausíveis para estas questões. Apresentamos, também, a preocupação dos nossos associados com relação ao abandono em que se encontram as estradas federais, reconhecendo a propriedade do Fórum de Secretários de Estado de Transportes para debater o tema. Hoje, temos dois tipos de problemas prementes para resolver: um é o Sistema Nacional de Viação (SNV) e outro é a questão das rodovias que foram estadualizadas e que passam por um embate jurídico que, ao nosso ver, só podem ser revolidos com ampla e franca negociação entre os entes envolvidos. Neste sentido a ABDER entende que a solução só virá com um acordo entre o Governo Federal e os Estados.

[Voltar](#)

ROSEMBERG INTEGRA GRUPO DE TRABALHO QUE VAI DEFINIR EFEITOS JURÍDICOS DA MP QUE REPASSOU RODOVIAS FEDERAIS AOS ESTADOS



O Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras -GETOP, Carlos Rosemberg, participou no dia 16 de março, da reunião do Fórum dos Secretários de Estado de Transportes, realizado no Auditório do Ministério dos Transportes, em Brasília, oportunidade em que foi indicado para compor o Grupo de Trabalho que irá conduzir os entendimentos com o Ministério para equacionar os problemas e conflitos decorrentes da Medida Provisória 82/2002 que transferiu parte de rodovias federais para a administração dos Estados .

O Grupo de Trabalho, que será coordenado pela Secretária de Transportes do Espírito Santo, Rita Camata, e tem ainda como integrantes os secretários de transportes da Bahia e do Rio Grande do Sul, também vai avaliar a proposta que o Ministério dos Transportes está fazendo para revitalizar o Projeto que institui o Sistema Nacional de Viação-SNV e que se encontra há mais de dez anos em tramitação no Congresso Nacional. Para Rosemberg é necessário que se elabore um substitutivo ou uma série de emendas ao projeto do SNV, uma vez que ele não se adapta mais a realidade atual dos transportes no Brasil.

Carlos Rosemberg lembra que já existe no Ministério dos Transportes, um Grupo de Trabalho debatendo formas de acelerar a aprovação do SNV e que a ABDER, entidade a qual a AGETOP é associada, está acompanhando o Grupo para que os órgãos rodoviários estaduais tenham sua cota de participação em tão importante debate.

O presidente da AGETOP, com sua vasta folha de serviços prestados ao rodoviarismo goiano é também defensor intransigente de que a Estadualização das rodovias federais deve passar pela garantia de recursos da CIDE para a manutenção sustentável.

Para ele é preciso integrar os órgãos federais do setor transporte existentes nos estados para um programa de gestão de gerenciamento da malha federal que for estadualizada, dotando-as de condições adequadas de tráfego, oferecendo, eficiência, segurança e rapidez, para estimular o desenvolvimento da economia dos Estados.

Rosemberg defende a posição do Grupo de Procuradores Jurídicos da ABDER que entende que a utilização da via judicial para resolver as questões pendentes da MP 82 não é recomendável, tendo em vista os reais prejuízos que sofrerão os usuários enquanto durar o litígio, razão pela qual aponta a negociação como meio mais prático de se chegar a um acordo consensual.

[Voltar](#)

DER- DF - REESTRUTURAÇÃO NO ÓRGÃO BUSCA SEU MELHOR FUNCIONAMENTO

Melhorias para se trabalhar mais e melhor buscando saídas para o presente e pensando no futuro são sempre bem vindas. Buscando se adequar melhor para enfrentar desafios constantes e a demanda crescente da população, o DER-DF ao longo dos últimos três anos passou por um processo de reestruturação. Esse processo contou com a participação de todos os servidores da casa que coordenados por uma consultoria especializada discutiram e procuraram uma nova ordem para o Órgão.

A nova estrutura, além de aproximar os setores existentes, veio dotar o DER -DF de novas unidades, até então inexistente. Muito embora a atividade já fosse sua atribuição. É o caso da Superintendência de Trânsito, da Gerência de Meio Ambiente, da Gerência de Faixas de Domínio, Corregedoria, Ouvidoria e Assessoria de Comunicação Social, unidades essas de extrema importância para um Órgão Rodoviário que pretende ser cada vez mais moderno, ágil e eficiente. "Criamos condições para que atividades de áreas específicas fossem desenvolvidas. Agora com a reestruturação definida temos pessoas designadas para desempenhar tais atividades" disse Brasil Américo, diretor geral do DER-DF.

[Voltar](#)

CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA SERÁ DEBATIDA EM OUTUBRO NA SANTA E BELA CATARINA



A cidade de Joinville, maior metrópole de Santa Catarina, ultima os preparativos para sediar o maior encontro de conservação rodoviária da América Latina, o X ENACOR, evento que já se consagrou e faz parte da agenda do rodoviarismo nacional. O Enacor, reúne engenheiros, técnicos, estudiosos, autoridades, especialistas, empresas, órgãos federais, estaduais, municipais e outras entidades, visando debater e buscar soluções para os problemas do setor no Brasil. Parte integrante da agenda nacional, sua 10ª edição será realizada em Joinville/SC, de 4 a 7 de outubro, no Centreventos Cau Hansen. Inscreva-se, participe e construa novas soluções para a conservação rodoviária do país. Organizado pelo DEINFRA -SC, com o apoio da ABDER, o X Enacor, será presidido pelo Engº Romualdo Teophanes de França Júnior e Coordenado pelos Engºs Saliba Nader Neto e Roberto Scalabrin.

[Voltar](#)

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES - X ENACOR



As inscrições já estão abertas pela internet até 20/09/05. Após este prazo só poderão ser efetivadas na secretaria do Congresso, no Centreventos Cau Hansen - Joinville-SC.

Informações e inscrições: Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, Rua Tenente Silveira, 162 Telefone: (48) 251-3000 Fax: (48)251-3015 Florianópolis - SC

Acesse o site: www.enacor.com.br e obtenha todas as informações sobre o X ENACOR e faça a sua inscrição on-line com descontos.

[Voltar](#)

GRUPO DE MULTAS DEBATE RENAINFO

O Grupo de multas reuniu-se nos dias 07 e 08 de abril para, principalmente, ouvir a Exposição do DENATRAN sobre a atual situação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito - RENAINF. Na oportunidade o responsável do DENATRAN pelo RENAINF, Danilo Pasqual Roman, apresentou aos membros do grupo o andamento da implantação do Sistema nos Estados, ressaltando que o DENATRAN teve o auxílio de quatro estados, Bahia, Pernambuco, Paraná e Goiás para desenvolvimento e implantação do sistema em módulos. Segundo ele, o RENAINF contribuirá para o fim da impunidade, aumentando a segurança no trânsito e levando a redução do número de cometimentos de infrações e, conseqüentemente, acidentes.

Os estados da BA, GO, MG, PE, PR, MS, PA, PB estão no RENAINF, os estados do CE, MA, MT e SE possivelmente estarão integrados ao sistema no mês de abril, ficando os estados do DF, ES, RO, PI e AC para a 3ª etapa de integração. Os demais estados ainda não têm perspectiva de integração.

A ABDER tem tido uma preocupação especial com a questão efetiva da aplicação da penalidade de trânsito aos infratores. Dentre deste escopo buscou reprimir a impunidade e as conseqüências dela provenientes, como por exemplo, a reincidência, os acidentes, o descaso com o agente da autoridade de trânsito etc.

A ABDER, coordenando o Grupo Técnico de multas, juntamente com os órgãos rodoviários estaduais desenvolveu um sistema, o SIM - Sistema Integrado de Multas, que tinha por objetivo a troca de infrações entre os Órgãos Rodoviários Estaduais, até que houvesse uma regulamentação ou uma solução que fosse emanada pelo CONTRAN.

Após a Resolução nº 155/2004 do CONTRAN, a ABDER passou a acompanhar de forma minudente a implementação do RENAINF, inclusive com a participação de membros do DENATRAN nas Reuniões Técnicas da ABDER, especialmente, no Grupo de Multas.

Percebe-se que a ABDER é uma entidade que acredita no RENAINF e considera que o DENATRAN tem envidado todos os esforços nesta árdua tarefa de conscientização dos órgãos e entidades da União, dos Estados e dos Municípios que compõem o Sistema Nacional de Trânsito e, também, que é parceira do DENATRAN na implementação efetiva do Código de Trânsito Brasileiro.

Dentro dessa linha o Grupo de Multas aponta uma série de sugestões que serão encaminhadas pela ABDER ao DENATRAN no intuito de aprimorar o Sistema e corrigir falhas detectadas.

Como pano de fundo de todo esse processo busca-se uma sociedade mais integrada, consciente das suas responsabilidades em prol de um trânsito mais humano, justo, ético e, acima de tudo, aprovado pelas autoridades competentes, aceito pelo cidadão e pela sociedade.

[Voltar](#)

AGÊNCIA ABRE CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE GOIÁS

Nos últimos seis anos, o Estado de Goiás passou por importantes transformações no âmbito administrativo. Uma delas foi a que envolveu o setor de infra-estrutura de transportes e obras públicas. O primeiro desafio foi dar um tratamento austero e corajoso a um problema que envolvia uma dívida de mais de R\$ 180 milhões com empreiteiros e ações trabalhistas. Com a criação da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), em 1999, o estado começou a eliminar o paralelismo de atividades existente entre Crisa e Dergo, buscando uma estrutura mais ágil, enxuta e funcional em benefício da população de Goiás. Uma delas foi a adoção de um novo modelo de gestão rodoviária sustentado na terceirização da conservação, descentralização das ações, planejamento das intervenções necessárias para a restauração e ampliação da malha rodoviária goiana e na garantia de recursos com a criação do Fundo de Transportes que deu a sustentação financeira necessária à implantação de uma verdadeira política de conservação permanente da malha rodoviária com o Programa Terceira Via. Por meio dele, os 20.332 quilômetros de estradas goianas recebem manutenção ao longo de todo o ano, com a contratação de 32 empresas que cuidam da conservação e das quais o Estado cobra o cumprimento de rigorosos padrões de qualidade. O atual governo conseguiu um empréstimo de 130 milhões de dólares, pleiteado sem êxito há anos por governos anteriores. O investimento internacional permitiu implementar a primeira fase de um programa de restauração e pavimentação de rodovias que, nas palavras de um dos especialistas do Banco, tem sido plenamente satisfatória, especialmente quando comparado ao desempenho de outros projetos de transporte na carteira do Banco no Brasil. O programa em parceria com o Banco Mundial veio no momento certo. A aceleração do desgaste da malha rodoviária num Estado como Goiás, com índice de crescimento econômico três vezes acima da média nacional (4,9%), reforçaria a ameaça ao desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Concentramos esforços primeiramente na reabilitação e foram restaurados 893,35 quilômetros de rodovias pavimentadas, estando em licitação obras para renovação de mais 1.058 quilômetros de estradas.

[Voltar](#)

PROCURADORES JURÍDICOS REÚNEM-SE NA SEDE DA ABDER

Novas discussões sobre a Medida Provisória nº 82/2002, que dispõe sobre a transferência de rodovias federais aos Estados, a competência sobre ações de domínio em relação às estradas e o levantamento dos bens acessórios e benfeitorias de que trata a Cláusula Primeira do Termo de Transferência, foram temas principais da XII Reunião dos Procuradores Jurídicos, realizada na sede da ABDER, em Brasília/DF, nos dias 31/03/2005 e 01/04/2005.

Em relação à Medida Provisória nº 82/2002, os membros do Grupo acompanham também a tramitação do Projeto de Lei nº 4786/05, apresentado à Câmara pelo deputado Bismarck Maia (PSDB-CE), que prevê a transferência direta para Estados, Distrito Federal e Municípios os recursos do Orçamento Geral da União destinados à manutenção da malha rodoviária federal. Na oportunidade o Grupos ainda debateu as experiências e regulamentos (leis, decretos e instruções normativas) existentes e que regulam a exploração da utilização das faixas de domínio. Procuradores dos órgãos rodoviários estaduais também discutiram as medidas tomadas face à publicação da Resolução nº 164/2004, do CONTRAN, que dispõe sobre isenção da emissão de Autorização Especial de Trânsito para CVC de 45 a 57 toneladas, quando foram elencadas ações contra a referida Resolução, especialmente, o fato de que a OAB/SC ingressou, em juízo, com Ação Civil Pública, objetivando a suspensão de seus efeitos, cuja liminar foi deferida pelo judiciário catarinense. Enquanto aguarda o desenrolar das ações efetivadas até agora, o Grupo já agendou nova reunião nos dias 11 e 12 de agosto de 2005 para tratar de questões como transportes alternativos, terceirização de serviços de manutenção: contrato de gestão/conservação, responsabilidade objetiva e danos morais nos acidentes em vias públicas em virtude de animais na pista, intervenções ambientais, indenização de empresa concessionárias de linhas de ônibus, bem como a questão das Agências Reguladoras e Fiscalizadoras, com análise das vantagens e desvantagens em sua existência.

[Voltar](#)

Estados poderão assumir manutenção de rodovias federais

O Projeto de Lei nº 4786/05, apresentado à Câmara pelo deputado Bismarck Maia (PSDB-CE), prevê a transferência direta para Estados, Distrito Federal e Municípios dos recursos do Orçamento m Geral da União destinados à manutenção da malha rodoviária federal. O deputado afirma que o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit) - órgão vinculado ao Ministério dos Transportes e responsável pela manutenção, preservação e recuperação da malha rodoviária federal brasileira - tem demonstrado dificuldades para cuidar das suas atribuições.

De acordo com a proposta, os recursos a serem transferidos diretamente a Estados, Distrito Federal e Municípios serão aplicados em ações como sinalização, restauração e conservação preventiva das rodovias federais, operação do Sistema de Pesagem de Veículos e obras emergenciais. Prevê ainda que, a partir do ano seguinte ao de publicação dessa lei, a manutenção das rodovias federais seja financiada integralmente pelos recursos da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, que incide na comer- cialização e importação de combustíveis. Tramitando na Comissão de Transportes, o projeto tem como relator o deputado Eliseu Resende (PFL-MG).

[Voltar](#)

Novo site do DEINFRA/SC disponibiliza informações on-line sobre as condições de trafegabilidade em Santa Catarina e auxilia os usuários na escolha do melhor caminho



Dada a importância de manter a operacionalidade da malha rodoviária, o lançamento do novo site do Departamento Estadual de Infra-estrutura DEINFRA/SC (www.deinfra.sc.gov.br), tornou o Órgão um dos pioneiros em nível nacional na disponibilização, através da Internet, de recursos para que os viajantes possam escolher o melhor caminho entre origem e destino e obter informações on-line sobre o mapa rodoviário referentes às condições de tráfego nas rodovias de Santa Catarina. Isso foi viabilizado pela utilização do Sistema de Informações Rodoviárias e Situação de Trafegabilidade das Rodovias SIR/CTR.Net desenvolvidos pela Softplan/Poligraph.

Este sistema tem como objetivo gerar um banco de informações único das ocorrências que interferem nas condições de trafegabilidade - tais como quedas de barreiras, acidentes de trânsito, alagamento de pista, buracos, placas danificadas, entre outras - e agilizar o processo de registro e análise dessas ocorrências, bem como o encaminhamento e acompanhamento das providências necessárias, com o intuito principal de promover a melhoria constante das condições de segurança no trânsito.



Escolha do melhor caminho e consulta às condições de tráfego

“Além de ser um recurso útil à sociedade, o site imprime transparência aos investimentos realizados pelo Órgão, disponibilizando informações, sobre o mapa, dos contratos de obras rodoviárias e de edificações que estão sendo executados pelo Governo Estadual”, destacou o Eng.º Romualdo França Jr., Presidente do DEINFRA. Tais informações são obtidas a partir de um banco de dados gerado por sistemas especialistas integrados que fazem parte da Solução SIDER e que são utilizados na execução e no gerenciamento das atividades do Órgão.

(48) 3027 8000

www.softplan.com.br

[Voltar](#)